

A SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

Ademar dos Santos Lima¹
Amanda Ramos Mustafa²
Claudio Afonso Peres³
José Renan de Souza Belém⁴
Jucinora Venâncio de Souza Araújo⁵
Rosineide Magalhães de Sousa⁶
Stephany Cascaes Farias⁷

RESUMO: Este estudo tem por objetivo mostrar a situação das línguas indígenas e seus falantes na região amazônica, a partir de textos e relatos de navegadores ocidentais do período da Amazônia colonial e de autores que tratam de pesquisas sobre as línguas indígenas no contexto atual na Amazônia brasileira. A abordagem utilizada foi de pesquisa bibliográfica, entendida como revisão de literatura com base no contexto histórico-linguístico da Amazônia indígena, como os textos de Carvajal (1541), Acunã (1637), Fritz (1686), La Condamine (1745), e Heriarte, (1874). O estudo mostrou que das 718 línguas indígenas existentes, apenas 26 línguas ainda são faladas por grupos de mais de 4 mil pessoas e, que centenas dessas línguas foram extintas e outras dezenas estão em estado de debilitadas (UNESCO, 2020). Isso, significa que, se nada for feito, em algumas décadas mais línguas podem desaparecer das comunidades linguísticas amazônicas.

Palavras-chave: Amazônia. Línguas indígenas. Situação sociolinguística.

ABSTRACTT: This study aims to show the sociolinguistic situation of indigenous languages and their speakers in the Amazon region, based on texts and accounts from Western navigators of the colonial Amazon period and authors who deal with research on indigenous languages in the current context of the Brazilian Amazon. The approach used was bibliographic research, understood as a literature review based on the historical-linguistic context of indigenous Amazonia, such as the texts of Carvajal (1541), Acunã (1637), Fritz (1686), La Condamine (1745), and Heriarte (1874). The study showed that of the 718 existing indigenous languages, only 26 languages are still spoken by groups of more than 4,000 people, and that hundreds of these languages have become extinct and dozens of others are in a weakened state (UNESCO, 2020). This means that, if nothing is done, in a few decades more languages may disappear from Amazonian linguistic communities.

Keywords: Amazon. Indigenous languages. Sociolinguistic situation.

¹Prof. Dr. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Zona Leste.

²Profa. Dra. - Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC).

³Prof. Dr. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Coari.

⁴Prof. Me. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Coari.

⁵Profa. Dra. - Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED).

⁶Profa. Dra. - Universidade de Brasília (UnB).

⁷Profa. Msc. - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Coari.

I. INTRODUÇÃO

Ora, as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (CALVET, 2002, p. 12).

Não se pode falar da situação sociolinguística brasileira senão destacar a realidade linguística amazônica, o epicentro do “contato linguístico” que é um assunto recorrente desde os primeiros relatos de textos dos navegadores ocidentais dos séculos 16, 17 e 18 do período colonial na Amazônia. Esses documentos descrevem de forma detalhada e minuciosa as características geográficas, ambientais, culturais e o intenso contato linguístico na Amazônia entre os povos que nela habitavam e, ainda habitam.

As cartas escritas por Carvajal (1541) *Relación del Descubrimiento del Río de las Amazonas*; Acuña (1637), *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*; Fritz (1686) *O diário do Padre Samuel Fritz*; La Condamine (1745) *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*; Noronha (1768) *Roteiro da viagem do Pará até as últimas colônias do sertão*; Heriarte, (1874) *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, e La Espada, (1889) *Viaje del capitán Pedro Texeira, aguas arriba del rio de las Amazonas: 1638-1639*, são verdadeiros diários de bordo para se investigar o contexto sociolinguístico da região e das línguas amazônicas que já foram extintas, mortas e/ou, ainda, sobrevivem. Discussões que se apresenta aqui a partir da comparação e interpretação de dados linguísticos dessas cartas com os textos linguísticos da atualidade.

Ao analisar esses documentos, observa-se que houve uma situação linguística negligenciada por parte de linguistas e instituições de pesquisa ao não se analisar os números reais de línguas indígenas faladas no Brasil e, em especial na Amazônia, haja vista, que desde os primeiros estudos e levantamentos linguísticos até o presente, as pesquisas não levaram em consideração as línguas faladas pelos povos indígenas denominados de gentios (bárbaros) daquele período colonial, e nem tampouco, levam em consideração também as línguas faladas pelos povos indígenas isolados que vivem atualmente na Amazônia.

2. A situação sociolinguística na Amazônia

Nesse complexo contexto de línguas e povos amazônicos, para se entender o termo línguas amazônicas, precisa-se observar também os termos países amazônicos e fronteiras linguísticas amazônicas, haja vista, que todos esses termos estão intrinsecamente ligados ao contexto de Amazônia, pois a Etimologia desse topônimo surge por ocasião da expedição de

Francisco de Orellana em 1540 e 1542 quando desceu o rio Amazonas em toda sua extensão, a partir dos Andes e, que em seus relatos afirmou ter visto mulheres guerreiras que ele as chamou de Amazonas. Assim, o rio passou a se chamar rio das Amazonas, do qual derivou o termo Amazônia (BESSA FREIRE, 1983; ACUÑA, 1641).

Para Queixalós e Renault-Lescure (2000), há três variáveis mais aceitáveis no processo de classificação de línguas amazônicas. A primeira delas seria considerar todas aquelas línguas que se encontram dentro do bioma amazônico, ou seja, no espaço geográfico da Amazônia Legal. A segunda variável seria considerar as conexões filológicas entre as línguas, e a terceira variável seria considerar como línguas amazônicas aquelas que são pertencentes às famílias linguísticas e protolínguas que se originaram e/ou que tiveram como ponto de dispersão a Amazônia.

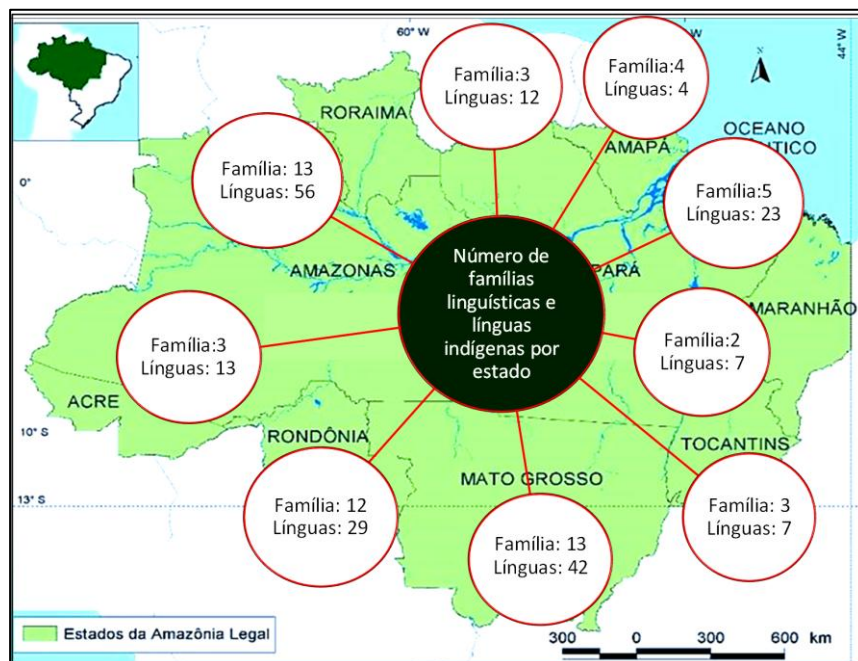
De todo modo, ao se falar em línguas amazônicas observa-se que, na atualidade, o panorama sociolinguístico da região Amazônia se caracteriza pelo predomínio de três famílias linguísticas amplamente dispersas no espaço geográfico do bioma amazônico, abrangendo os chamados países amazônicos, como: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela que são as famílias linguísticas *Aruák*, *Karíb* e *Tupi-Guarani*. É claro que, atualmente, se encontra também línguas da família linguística Macro-Jê na Amazônia, principalmente, no estado de Rondônia e Tocantins, decorrente do fluxo migratório dos povos Jê nos séculos 17, 18, 19 e 20 (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

3

O número de famílias linguísticas contabilizadas na Amazônia é de 36 famílias e, em cada família linguística, o número de línguas varia entre 2 e 40 línguas, sem contar com as 8 línguas isoladas que não têm parentesco com outras. Ao todo, o quantitativo de línguas indígenas amazônicas que, ainda são consideradas vivas ou debilitadas, na atualidade, é de 193 línguas, incluindo-se as variedades (dialetos). Mas se for levada em consideração as línguas dos povos indígenas isolados, o número sobe para 307 línguas indígenas (QUEIXALÓS; RENAULT-LESCURE, 2000).

Essas famílias linguísticas e línguas estão dispersas pela vasta região amazônica e distribuídas em 9 estados brasileiros - Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2021).

Gráfico 1. Famílias linguísticas e línguas indígenas por estados amazônicos



Fonte: Adaptado de Rodrigues, (2013).

Contabilizar o número de línguas indígenas faladas no Brasil e, em especial na Amazônia sempre foi um trabalho complexo. Nos dados do Gráfico 1, baseados somente no trabalho de Rodrigues (2013) sobre “Línguas indígenas brasileiras”, contabilizou 199 no país, sendo 193 dessas línguas distribuídas entre 36 famílias linguísticas espalhadas por 9 estados da Amazônia brasileira. 13 famílias linguísticas e 56 línguas no estado do Amazonas, 3 famílias linguísticas e 13 línguas no estado do Acre, 4 famílias linguísticas e 4 línguas no estado do Amapá, 2 famílias linguísticas e 7 línguas no estado do Maranhão, 13 famílias e 42 línguas no estado do Mato Grosso, 5 famílias linguísticas e 23 línguas no estado do Pará, 12 famílias linguísticas e 29 línguas no estado de Rondônia, 3 famílias linguísticas e 12 línguas no estado de Roraima e 3 famílias linguísticas e 7 línguas no estado do Tocantins.

O primeiro censo demográfico da população indígena na Amazônia ou de parte dela foi aplicado por meio de levantamento *survey* e amostragem, realizado por Abbeville (1614, p. 221-222) na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas que em sua convivência com o povo Tupinambá do Maranhão e do Pará, ele constatou através desse censo demográfico que em cada oca (casa) havia cerca de 80 indígenas residindo, e que isso, era comum nas aldeias que ele visitou ao longo de toda aquela área geográfica. Assim, ele fez uma estimativa demográfica da população daquela região no início do século 17, o qual cita que: “[...] a quantidade aproximada

era de dez mil homens, mulheres e crianças” (ABBEVILLE, p. 224).

Noronha (1768) usou essa mesma técnica de levantamento *survey*, não só para verificar a demografia populacional nas aldeias ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, Tapajós e Madeira, mas para quantificar também o número de línguas na primeira metade do século 18. As projeções e estimativas alcançadas era que havia 718 línguas no início da colonização na Amazônia brasileira. Mas se levarmos em consideração as línguas indígenas dos países amazônicos e de povos indígenas *gentios*⁸ e *isolados*⁹, as estimativas apontam que havia 1.492 línguas indígenas amazônicas agrupadas em seis troncos linguísticos: Tupi, Caribe, Aruák, Pano, Jê e Tukano, e mais as línguas consideradas isoladas ou não classificadas em família ou tronco linguístico. Entretanto, nesse estudo considero apenas as línguas do bioma amazônico brasileiro.

Vale ressaltar, que no século 17 não havia informações de dados desses pesquisadores sobre o número de famílias linguísticas existentes na Amazônia e nem tampouco se levava em consideração nesses levantamentos linguísticos às línguas dos “povos gentios” que, atualmente, o que restou deles, chamamos de “povos indígenas isolados”. Mas nesse trabalho, considera-se tanto as línguas dos povos gentios quanto as línguas dos povos isolados amazônicos, pois interessa saber, também, quantas línguas amazônicas, de fato, existiam na Amazônia brasileira, para que, assim, a partir dessa totalidade se possa fazer um breve levantamento linguístico de quantas línguas foram extintas, mortas e de quantas, ainda, sobrevivem somente do lado amazônico brasileiro. Dessa forma, se observa que os documentos produzidos por Abbeville, (1614), Carvajal, (1541), Acunã, (1637), Fritz, (1686), La Condamine, (1745) e Noronha, (1768) no período colonial na Amazônia são verdadeiros dossiês sobre as riquezas da região, desde as plantas economicamente viáveis conhecidas como “drogas do sertão”, a fauna como peixes, quelônios e animais silvestres e, principalmente das populações e línguas amazônicas que é o foco do estudo.

Nesse sentido, é relevante se falar sobre fauna e flora amazônica e do estudo da geografia e da história da região, pois tudo isso se conjugam para se conceber na região amazônica um mosaico de situações linguísticas variadas e multilíngues, e é, sem dúvida, um marco para as Ciências Linguísticas, em especial para Sociolinguística, pois a história das

⁸ O termo indígena *gentio* (bárbaro) era usado pelos colonizadores dos séculos 16, 17, 18 e 19 e referia-se ao povo indígena desconhecido e que não se sujeitava ao colonizador.

⁹ O termo indígena (povo) *isolado* é usado desde o século 20 pela FUNAI, que passou a denominar os povos indígenas não contatados de indígenas isolados, referindo-se especificamente a grupos indígenas com ausência de relações permanentes com as sociedades nacionais.

línguas indígenas amazônicas é a história da assolação cultural causada pelos colonizadores, assim como de um universo de 718 línguas que eram faladas antes da chegada dos ocidentais na Amazônia brasileira e que resultou na extinção e morte da maioria dessas línguas (SANTOS, 2009).

2.1 As línguas negligenciadas

As línguas indígenas são consideradas, atualmente, como riqueza e patrimônio imaterial da sociedade brasileira. Contudo, nem sempre foi assim, pois no período da colonização dos europeus no Brasil, mais especificamente na Amazônia dos séculos 16, 17 e 18 houve várias tentativas de silenciar os povos indígenas, inclusive, os proibindo de falarem suas línguas maternas, como foi o caso do decreto *Diretório dos Índios* (Art.6º, 1757), do rei de Portugal Dom José I, e executado no Brasil colônia por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que por meio desse “Alvará”, proibiu o ensino e a prática oral e escrita de qualquer língua indígena na Amazônia daquele período em detrimento do português (COELHO, 2016).

Se não bastassem os impactos que esse decreto causou às línguas indígenas, outros problemas, como doenças trazidas por esses colonizadores e a chamada *guerra justa*¹⁰ dizimaram também centenas e milhares de falantes de línguas amazônicas e, obviamente, suas línguas desapareceram juntamente com esses falantes, principalmente de línguas que ainda não havia sido nem se quer registradas. Entre os grupos indígenas que mais sofreram com a perda de suas culturas e línguas, estão os chamados indígenas “gentios” (bárbaros), como eram conhecidos pelos colonizadores, em virtude desses grupos não aceitarem o processo de escravização ou de integração à sociedade nacional daquele período. Assim, a esses grupos eram lhes imposta a chamada “guerra justa” pela Monarquia Portuguesa e, com isso, dezenas de povos indígenas foram dizimados e com eles foram também extintas suas línguas, haja vista, que as línguas só existem por causa de seus falantes (CALVET, 2002, p. 12).

O descaso com as línguas indígenas no Brasil já vem desde o século 16 que, na visão dos colonizadores, as línguas indígenas sempre representaram um problema de Estado para eles, e empenhados na conquista do território amazônico no período colonial, trataram de providenciar a extinção dessas línguas, usando como pano de fundo o papel da religião e o idioma português na pregação e na confissão dos indígenas, de modo, que no século 18 houve uma acentuação mais

¹⁰ A chamada guerra justa era um Decreto do Rei de Portugal que declarava guerra aos inimigos da coroa, nesse caso, as tribos indígenas que resistiam ao trabalho compulsório, à aculturação e à ocupação de suas terras pelos colonizadores portugueses.

drástica, na qual a evangelização com a finalidade em si, perde definitivamente seu papel de protagonista, submetendo-se à integração política e econômica do Estado, e assim, surgem às ideias de universalização da língua portuguesa, provenientes da Coroa Real Portuguesa através do Decreto Diretório dos Índios (OUEIXALES; RENAULT-LESCURE, 2000).

Desse modo, o português foi instituído como língua da colonização. Contudo, não se reproduziu na colônia portuguesa exatamente a naturalização do português falado em Portugal, embora essa colonização linguística fosse voltada para esse fim. Dessa forma, se operou uma disjunção histórica no próprio termo “português” e, assim, paralelamente se constituiu um país com outro lugar enunciativo e com o nome de Brasil. Mas para que a língua portuguesa fosse institucionalizada no Brasil colônia, houve a necessidade de um ato político-jurídico que ficou conhecido como “Diretório dos índios”, para assim, institucionalizar e oficializar de modo impositivo o idioma português no país. De modo, que apenas a língua portuguesa devia ser falada, ensinada e escrita, com base nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte Portuguesa.

Dessa forma, por meio desse “Diretório” buscou-se silenciar a língua geral amazônica e seus falantes, disseminando-se na sociedade a ideia de que a LGA era uma língua ruim e de invenção diabólica. Assim, estava decretado o extermínio, não só da LGA, mas também das línguas indígenas amazônicas que eram tão numerosas e diversas que, de acordo com os cálculos dos linguistas, esses estimavam que havia aproximadamente 1.200 línguas indígenas no Brasil e, dessas centenas de línguas, cerca de 718 eram faladas na Amazônia, incluindo-se as línguas dos povos indígenas gentios e isolados (RODRIGUES, 2013). Assim, se acredita que a extinção dessas línguas indígenas da forma como foi imposta pelos colonizadores europeus não só gerou o caos no modo da comunicação social dos povos nativos do Brasil, mas também no modo como os povos indígenas elaboravam, codificavam e conservavam seus conhecimentos de mundo.

2.2 As línguas amazônicas vivas, extintas, mortas, debilitadas e revitalizadas

Para Almeida (2005), a língua pode ser classificada como *viva*, *morta* ou *extinta*. Entretanto, percebe-se que na atualidade a concepção desse autor não dá conta de uma classificação mais precisa, pois os estudos sociolinguísticos dos últimos quinze anos apontam para mais dois tipos de classificações fundamentais nas pesquisas desses fenômenos sociolinguísticos que são línguas *debilitadas* e *revitalizadas* (CALVET, 2002).

Saber observar e identificar esses fenômenos sociolinguísticos nas comunidades

linguísticas, principalmente de grupos que falam línguas minoritárias é de sua importância para que se possa implementar políticas linguísticas adequadas com o objetivo de fortalecer as línguas em risco de desaparecer. Desse modo, observar os fenômenos sociolinguísticos que ocorrem nas comunidades indígenas bilíngues, como de deslocamento sociolinguístico e de atitudes linguísticas negativas, é de suma relevância, pois as políticas linguísticas devem ser pautadas com base nas necessidades sociolinguísticas das comunidades indígenas.

2.2.1 Língua viva

O conceito de língua viva está relacionado ao tempo, ao espaço e ao uso dela no contexto social, ou seja, ela é viva porque está sendo empregada em vários contextos socioculturais e em várias situações comunicativas e de interações entre as pessoas que a falam. Em outras palavras, ela é o produto de uma prática social transmitida de forma intergeracional e ininterrupta entre os membros da comunidade linguística que a fala (CALVET, 2002).

Para Calvet (2002, p. 134) a língua tem vida porque é um diálogo contínuo entre os sujeitos sociais, ou seja, está em constante uso pelos seus falantes, tanto na prática oral quanto na escrita e na leitura. Nesse sentido, se pode afirmar que a língua viva se caracteriza como aquela que é usada como meio de instrumento contínuo de comunicação e interação entre os indivíduos de uma determinada comunidade linguística.

Como exemplos de línguas vivas indígenas, cito o Tikúna que possui mais de 48 mil falantes, o Guarani Kaiowá com mais 30 mil falantes, o Nheengatu com aproximadamente 26 mil falantes entre outras línguas indígenas. Uma língua é considerada viva quando ela é falada por todas as gerações e a sua transmissão é intergeracional e ininterrupta entre os membros da comunidade linguística (UNESCO, 2020).

Contudo, para o *Ethnologue* (2020) todas as línguas indígenas brasileiras estão em risco de desaparecer, e esse fenômeno não é exclusivo das línguas minoritárias do Brasil, mas também das línguas minoritárias de todo o mundo, que juntas somam mais 2,5 mil línguas em perigo de desaparecerem. Isso só aumenta a preocupação dos povos que falam essas línguas minoritárias, pois cada língua que desaparece, significa que parte da história e da cultura do povo que a fala deixa também de existir.

Sabe-se que as línguas, por meio do contato linguístico das pessoas que as falam, que as escrevem e que as ouvem a cada dia têm a capacidade de sobreviverem a diversos fenômenos climáticos naturais, mas quando seus falantes morrem ou são sujeitados por outras culturas e

línguas hegemônicas, suas línguas tendem também a desaparecerem ou evoluir para uma nova variedade linguística que, mesmo assim, se apresenta como um problema de comunicação social (CALVET, 2002, P. 43).

Nesse sentido, as línguas vivas, principalmente, as minoritárias que são faladas por uma minoria étnica ou as minorizadas que estão em situação política e social de línguas desprestigiadas são mais susceptíveis de desaparecerem, principalmente num contexto tão globalizado em que o contato linguístico é cada vez mais intenso entre línguas hegemônicas e minoritárias, em que a língua hegemônica funciona como uma espécie de borracha que vai apagando a língua minoritária do contexto social de fala da comunidade bilíngue (CALVET, 2002, p. 136, grifo do autor).

2.2.2 Língua extinta

O termo “língua extinta” significa que a língua não possui mais falantes e nem tampouco ela foi registrada. Ou seja, é uma língua que, antes mesmo de ter sua construção fonológica constituída (gramatizada), seus falantes faleceram ou perderam a habilidade de falar nessa língua (HARRISON, 2011).

Isso ocorre quando as línguas minoritárias são sufocadas por línguas majoritárias, devido ao contato linguístico, assim como línguas *maiorizadas* sufocam as línguas *minorizadas* e o resultado pode ser a extinção dessas línguas de menor prestígio caso elas, ainda, não tenham passado pelo processo de construção fonológica e seus falantes deixarem de existir ou de falar essas línguas (HARRISON, 2011, p. 399).

Desse modo, uma língua na situação de minoritária ou de minorizada pode desaparecer em apenas algumas décadas sem deixar nenhum vestígio ou fragmento. Foi o que ocorreu entre os séculos XVI e XVII com as línguas *Manáu* e *Tarumã* da família linguística *Aruák*, em que tanto os povos quanto essas línguas foram extintas sem nem se quer ter sido registrados alguns vocabulários do léxico dessas línguas.

A extinção de uma língua envolve vários fatores, desde ações negativas do Estado sobre a língua, perda de território ou por mudanças forçadas à cultura tradicional do povo que a fala, quando ela cai em desuso e/ou obsolescência, contato entre línguas, atitudes negativas e comportamento linguístico dos falantes (CALVET, 2002, p. 133).

O conceito de língua extinta é diferente de língua morta, pois enquanto o termo “língua extinta” se refere à língua que desapareceu sem deixar registros e seus falantes também foram

extintos ou deixaram de falá-la como meio de comunicação, a “língua morta”, por sua vez, é aquela que há registros fonológicos e gramaticais, mas caiu em desuso pelos seus falantes e não se faz mais uso dela.

A língua uma vez extinta, não há mais como recuperá-la e/ou revitalizá-la, já a língua morta, por ter registros fonológicos e gramaticais, pode ser revitalizada, desde que haja comunidades de falantes interessadas em aprender ou reaprender a língua morta e utilizá-la novamente nas práticas sociais e culturais da comunidade linguística (HARRISON, 2011).

Do ponto de vista da teoria criacionista, o estado da vida para morte e da morte para vida e/ou ressurreição é uma discussão recorrente nas Ciências da Religião e da Bioética. E nas Ciências Sociolinguística é algo muito mais plausível e real, ainda, pois a língua, mesmo depois de ter sido considerada morta, pode ser revitalizada e voltar ao estado de viva e ser usada como meio de comunicação em uma comunidade linguística.

Assim, do ponto de vista da Sociolinguística só não há mais solução para a língua considerada extinta, haja vista, que o processo de extinção resulta, não só no desaparecimento por completo dos falantes, mas também indica que não há mais provas oral e escrita da existência da língua (ALMEIDA, 2005, p. 18).

O processo de extinção de uma língua pode ser classificado em três tipos, o primeiro é a *extinção repentina* e que ocorre quando há perda de um grupo completo de falantes de forma rápida e brusca; o segundo tipo é a *extinção radical* que é parecida com o primeiro caso, todavia, há, ainda, alguns sobreviventes que, aos poucos abandonam a sua língua por não terem mais com quem interagir e se comunicar; e por último, o tipo de *extinção gradual* que é o mais comum e pode demorar décadas até que não se tenha mais falantes e nem registros dessa língua. Em todos os casos, a extinção da língua representa o desaparecimento de seus falantes ou o apagamento da língua da memória deles e/ou, ainda, a língua não foi registrada ao longo de sua existência (JONES, 2003).

2.2.3 Língua morta

O conceito de *língua morta* difere do termo *língua extinta*, pois a palavra *morta* para a Linguística quer dizer que não há mais falantes, mas a língua possui registros fonológicos gramaticais, de forma, que se houver um grupo de pessoas interessadas em apreender a língua, eles podem revitalizá-la no contexto social de interação sociocomunicativa (HERRISON, 2011).

Desse modo, a partir da gramática e do vocabulário (léxico) da língua já conhecidos e

registrados em documentos escritos e/ou em mídia, a língua pode ser revitalizada e, assim, ser reintroduzida no contexto social e cultural do grupo ou comunidade linguística. Nesse sentido, a morte de uma língua é diferente do processo de extinção, pois uma língua, mesmo depois de ter sido considerada morta, há, ainda, a possibilidade de ela ser revitalizada, enquanto a extinção da língua é definitiva (HERRISON, 2011).

Ao se falar de língua morta, geralmente, se pensa no latim e esquece-se das dezenas de línguas indígenas que foram mortas ou extintas na Amazônia. Se o latim que era considerada uma língua hegemônica e atualmente encontra-se morta, isso significa que as línguas indígenas, mesmo as consideradas vivas correm riscos de desaparecerem, conforme ressalta a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020).

2.2.4 Língua debilitada

O conceito de língua debilitada recai sobre o fato de que ela está em risco de desaparecer e não pode ser classificada nem como língua extinta e nem como língua morta, pois por seu turno, ela é marcada pelo fato de estar em situação de languidez e não ser mais usada de maneira coloquial ou social, mas apenas em situações de representação de algum contexto cultural, como em rituais e atividades religiosas. Do ponto de vista do contexto sociointeracional, a língua perdeu seu valor enquanto meio de comunicação e, de forma tímida, ela é usada em ritos, principalmente, religioso e cultural, e por pessoas mais idosas nas comunidades linguísticas bilíngues/multilíngues. (CRISTÓFARO-SILVA, 2002).

Em outras palavras, a língua em estado de *debilitada* é quando entra em situação de desuso e os falantes praticantes da oralidade ou escrita dessa língua aos poucos vão deixando de praticá-la no contexto de comunicação sociocultural do grupo. Assim, se pode afirmar que a língua *debilitada* está em processo de transição para língua morta e/ou até mesmo para o processo de extinção se nada for feito. Nesse sentido, a língua em situação debilitada passa pelo processo de déficit linguístico em que os falantes vão perdendo suas habilidades e competências linguísticas ao mesmo tempo em que a língua vai caindo em desuso (BAGNO, 2017, p. 79).

É um estado que pode ser denominado também de língua hipotética, pois não se sabe exatamente o que poderá ocorrer com a língua debilitada, havendo três possíveis possibilidades de ocorrências: a língua pode ser vitalizada, ou seja, precisa passar por um processo de fortalecimento linguístico que vai desde atitudes linguísticas de seus falantes até mesmo a introdução do ensino da língua na escola, que é o que tem ocorrido nos últimos anos com as

línguas debilitadas; evoluir do estado de debilitada para o estado de morta, quando seus falantes deixarem de falar a língua e restou apenas registros escritos. Ou, ainda, evoluir para o estado de língua extinta, quando não há mais falantes e nem registros dessa língua.

Desse modo, do ponto de vista da Sociolinguística uma língua viva pode passar por vários estados que vai de debilitada para o estado de língua morta e/ou, ainda, de língua extinta. Como exemplo, pode-se citar o latim que passou do estado de língua viva, usada no contexto social e empregada em vários contextos socioculturais e em várias situações comunicativas e de interações, para uso restrito em determinados ritos em ambientes religiosos e em espaços acadêmicos e jurídicos, sendo decretada como língua morta, atualmente.

Uma língua, quando entra no estágio de debilitada e perde sua vitalidade de estado de língua viva, ela pode passar por cinco níveis e estágios diferentes, de modo progressivo que vai de um estágio de língua viva e segura para o de insegura, de ameaçada para o de severamente ameaçada e desse para o estágio de criticamente ameaçada. Esses são os estágios de evolução dentro da categoria de língua debilitada. Isso significa que, a língua em estado de debilitada, precisa ser vitalizada urgentemente, senão, ela poderá passar para o estado de língua morta ou extinta e, assim, se torna mais difícil sua sobrevivência.

2.2.5 Língua revitalizada

O conceito de língua revitalizada ou de revitalização linguística, conhecida também como recuperação linguística é uma tentativa de reverter o estado de uma “língua morta” para o estado de “língua viva” por meio de sua recuperação sociolinguística quando a língua é reintroduzida no contexto social e cultural de uma comunidade linguística, e que, geralmente, ocorre através de políticas linguística de Estado e/ou, ainda, a partir da iniciativa do próprios membros da comunidade que almejam revitalizar a língua como meio de interação e comunicação (CALVET, 2007).

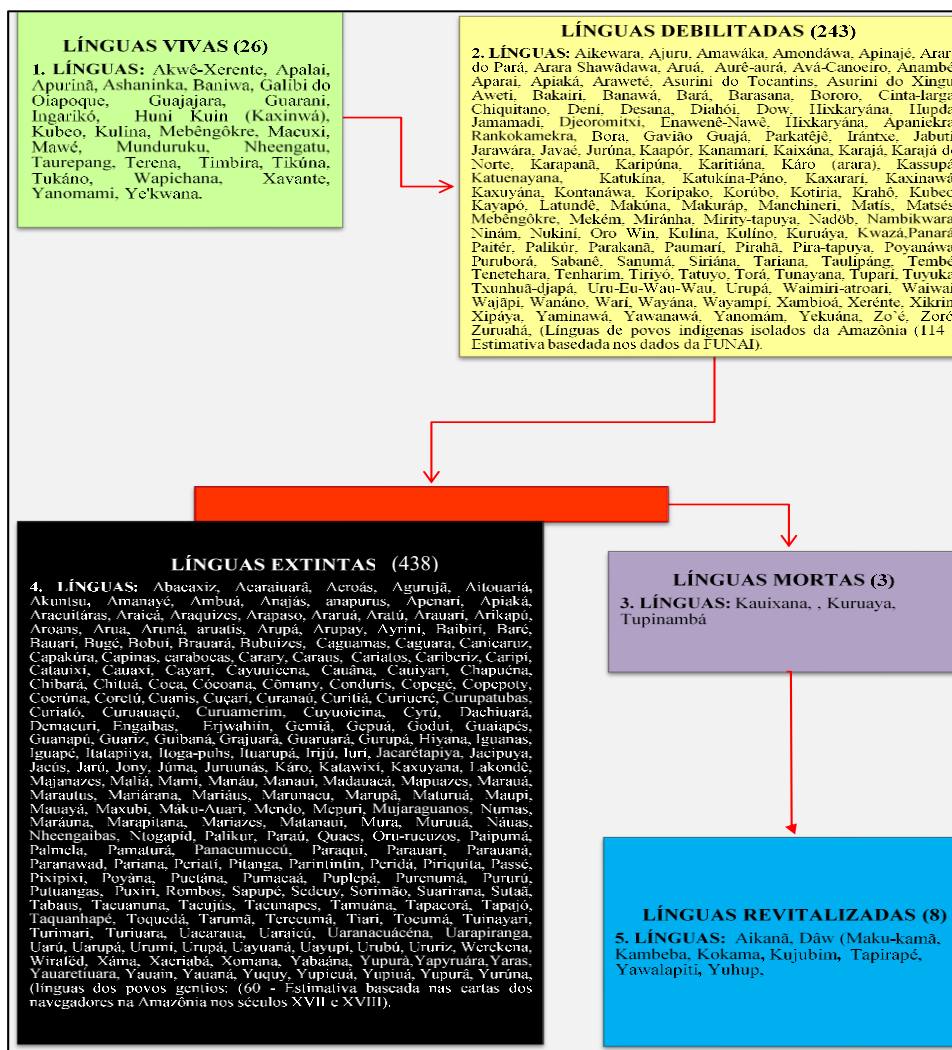
O termo revitalização ou recuperação linguística é controverso nos estudos da literatura de contatos de línguas, haja vista, que depende da área de interesse dos pesquisadores da Linguística, da Sociologia, da Antropologia, entre outras ciências. As interpretações variam também, de modo, que a “revitalização linguística” pode ser entendida como um conjunto de ações para resgatar uma língua do estado de morta.

Desse modo, o ato de revitalização de uma língua morta surge como uma alternativa de intervenção numa situação em que a *língua minoritária* perdeu seu espaço como língua de

interação comunicativa para a *língua majoritária* numa comunidade bilíngue e, assim, se busca revitalizá-la ao convívio sociolinguístico e cultural de seus falantes (CALVET, 2002, p. 138).

Dessa forma, a revitalização linguística não consiste somente em inserir no ensino regular uma língua indígena minoritária com base na legislação nacional, estadual e/ou municipal, mas pressupõe também uma série de orientações no planejamento e nas atitudes linguísticas e nas decisões de conscientização sociolinguística do uso social da língua pelos membros da comunidade (ALTENHOFEN, 2013).

Iconográfico 1. A situação das línguas amazônicas



Fonte: Autoria própria

O cenário linguístico da Amazônia nos últimos cinco séculos mudou drasticamente, como se pode observar na lista de línguas amazônicas por categorias. Na categoria de línguas

vivas, há 26 línguas indígenas amazônicas que, ainda, são faladas por grupos indígenas com mais de 5 mil falantes e, que suas aquisições são concebidas naturalmente no seio familiar. Na categoria línguas debilitadas, há 243 línguas que se encontram em situação de línguas ameaçadas de desaparecer. Na categoria línguas extintas, são 438 línguas que já desapareceram e, portanto, não há mais como revitalizá-las. Na categoria línguas mortas, encontram-se 3 línguas. Entretanto, essas línguas podem, ainda, ser revitalizadas, e na categoria línguas revitalizadas, há 8 línguas que estavam na situação de mortas e foram revitalizadas. Somando-se as cinco categorias de línguas, os números chegam a um total 718 línguas indígenas, incluindo-se as línguas dos povos indígenas gentios e as línguas dos povos indígenas isolados.

A princípio, o número de línguas parece ser bem animador, mas quando se leva em consideração a situação linguística das línguas em risco de desaparecer na perspectiva da UNESCO (2020), os dados apontam que somente 26 línguas amazônicas são consideradas vivas, de fato, e possui mais de 5 mil falantes. As línguas que estão na situação de debilitadas possuem entre 2 falantes a 5 mil falantes, e nas comunidades linguísticas onde essas línguas são veículo de comunicação, geralmente, somente os mais idosos acima de 40 anos as falam como língua materna. Já os mais jovens somente compreendem, mas não as falam. Isso pode ser um sinal de que aos poucos as línguas indígenas estão deixando de ser faladas nas comunidades indígenas.

14

Mas o que de fato mais chama atenção é o impressionante número de 438 línguas indígenas já extintas no decorrer desses últimos cinco séculos na Amazônia. Praticamente a região amazônica passou da situação de mais multilíngue do mundo para o estado de cemitério de línguas extintas. Os números são assustadores e se nada for feito, muitas outras línguas indígenas irão desaparecer sem nem se quer deixar registros, é o que pode ocorrer com as dezenas de línguas dos povos indígenas isolados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia é considerada o celeiro do mundo no sentido de abrigar grande diversidade de animais e plantas. Mas, pode ser considerada como o centro do multilinguismo do mundo por abrigar também uma grande diversidade e variedades de línguas, incluindo-se as línguas dos povos indígenas isolados. Essas línguas não são somente um meio de comunicação e interação, mas também elementos culturais e identitários dos povos que habitam nessa região multilíngue. Elas funcionam como elos condutores de expressões das comunidades linguísticas que unem os falantes nos processos de conhecimentos socioculturais e sociolinguísticos e nas experiências

aprendidas do cotidiano das comunidades linguísticas amazônicas.

Contudo, o processo de colonização cultural e de políticas integracionistas, assim como o processo de colonização linguística em que a língua portuguesa foi imposta como modelo único, monolíngue, isso fez com que centenas de línguas faladas na Amazônia fossem desprestigiadas, mortas e até mesmo extintas. Isso, do ponto de vista sociolinguístico representou um tipo de canibalismo linguístico, em que a língua portuguesa se alimentou das línguas indígenas amazônicas, principalmente da LGA, e depois essas línguas foram descartadas pela Coroa Portuguesa em prol de uma política linguística monolíngue.

Mas, a Amazônia é ainda considerada pela UNESCO (2020) como uma das regiões mais multilíngue do mundo. Cabe agora, a partir da conscientização sociolinguística da população amazônica e de políticas linguísticas eficientes instigar o processo de decolonização linguística, para que, assim, a sociedade mude sua postura monolíngüística à de concepção de uma Amazônia de superdiversidade cultural e linguística.

Portanto, promover ações positivas sobre as línguas faladas na Amazônia, principalmente as línguas indígenas são fundamentais para potencializar o processo de vitalização, revitalização e fortalecimento das línguas minoritárias na região. Dessa forma, o contato sociolinguístico, assim como a natureza da relação entre os habitantes e o caráter social dos contatos e a finalidade da interação precisam ser estimulados no contexto sociocultural dos falantes no complexo espaço multilíngue que faz da Amazônia um lugar de maior diversidade linguística do planeta.

REFERÊNCIAS

- ABBEVILLE, Claude d'. [1614]. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.
- ACUNÁ, Christóbal Diaristán de. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Madrid: Imprenta del Reyno, 1641.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil*. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.
- BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BESSA FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira*. Ameríndia, nº 8, 1983.

- CABALZAR, Flora Dias. (org). *Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011: relatos de experiências e lições aprendidas*. São Paulo: ISA/FOIRN, 2012.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CARVAJAL, Frei, Gaspar de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas (1541)*. Tradução, C. de Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- CRISTÓFARO-SILVA, Thais. *Morte de língua ou mudança linguística? – Uma revisão bibliográfica*. Revista do Museu Antropológico - UFG. Goiás, vol. 5-6, n. 1, p. 55-73, 2002.
- ETHNOLOGUE. Eberhard, David M., Gary F. Simons, and Charles D. Fennig (eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. Twenty-third edition. Dallas, Texas: SIL International, 2020. Online version: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em 09/07/2020.
- FRITZ, Pe. Samuel. *Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons between 1686 and 1723*. [Issued for 1922]. London: Cambridge University Press, 2017.
- FUNAI. *Amazônia Minada: Povos indígenas isolados*. Amazônia: Geojornalismo na Amazônia, 2021. <https://infoamazonia.org>. Acesso em 20/04/2022.
- HERIARTE, Mauricio de. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*. Por Mauricio de Heriarte, Ouvidor-Geral, Provedor-Mór e Auditor, que foi, pelo Governador D. Pedro de Mello, no Ano de 1662. [*Description of the state of Maranhão, Pará, Corupá and Rio das Amazonas*. Vienna, 1874.
- HERRISON, David K. *When languages die: The extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge*. Department of Linguistics. University of Massachusetts Amherst, 226. South College. Language, Volume 87, Nº 2, 2011.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale*. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant la riviere des Amazones; lûe à l'assemblée publique de l'Académie des Sciences, le 28 avril 1745. Paris: Veuve Pissot, 1745.
- LA ESPADA, Marcos Jimenez de. *Viaje del capitán Pedro Texeira aguas arriba del rio de las Amazonas: 1638-1639*. Madrid I m p r e n t a de Fortanet calle de la Libertad: Mindlin, 1889.
- NORONHA, José Monteiro de. *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província (1768)*. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862.
- QUEIXALOS, Francisco; RENAULT-LESCURE, Odile [org.]. *As línguas amazônicas hoje. Las lenguas amazônicas; HoyLes langues d'Amazonie aujourd'hui; The Amazonian languages today*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- RENAULT-LESCURE, Odile. *As línguas faladas pelas crianças do Rio Negro, Amazonas: descontinuidade na transmissão familiar das línguas*. In Franco, Heliana Brito Franco y Leal, Maria de Fátima Mendes (org.). *Crianças na Amazônia: um futuro ameaçado*. Universidade Federal do Pará – UNICEF, Belém, 1990, p.315-24.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Pp. 99-103.

SANTOS, Gildo Mendes dos. *Amazonas indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no estado. Análise da produção sobre as línguas dos povos indígenas do Amazonas - Situação das línguas indígenas e áreas de grande diversidade linguística no Estado*. In Pacheco, Frantomé Bezerra. Relatório final/FAPEAM, 2009.

UNESCO. *Interactive Atlas of the World's Languages in Danger*.

<http://www.unesco.org/languages-atlas/index.php/Acessoem> 04/05/2020.